



GRANDE MOINHO CEARENSE S.A.

CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Grande Moinho Cearense S.A. apresenta as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017, elaboradas na forma da legislação societária vigente e nas práticas contábeis adotadas pelo Brasil, incluindo as atualizações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O ano de 2017 marcou o início de uma recuperação econômica depois de um longo período de contração da atividade econômica no país. A inflação sob controle e o nível elevado de capacidade ociosa, permitiram ao Banco Central promover cortes relevantes na taxa básica de juros que terminou o ano em 7,0% a.a.

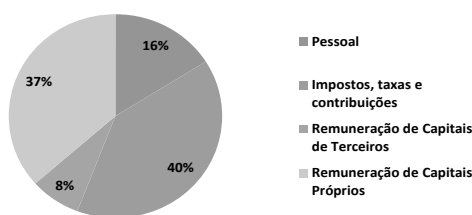
Esse novo ambiente macroeconômico já começa a criar condições para que o consumidor volte a ter confiança para consumir, que as empresas consigam desalavancar seus balanços e que voltem a analisar oportunidades de investimentos que até então não eram viáveis. Apesar do ambiente político-eleitoral incerto que iremos vivenciar em 2018, estas condições são ingredientes necessários para que o país volte a crescer de forma sustentável e aumente o nível de emprego e renda disponível no país.

Nesse contexto, 2017 ainda foi um ano em que a atividade se manteve morna e o juro real ao longo do ano se manteve em patamar elevado, superior a 7,0% a.a. fazendo com que a recuperação observada no decorrer do ano fosse modesta.

Apesar de todas as incertezas econômicas e políticas dos últimos anos, a Companhia, em 2017, continuou a trajetória de crescimento já demonstrada em 2016 e obteve excelentes resultados, alcançando Receita Bruta de R\$ 703 milhões, EBITDA de R\$ 104 milhões e Lucro Líquido de R\$ 80 milhões.

Em abril/2017, após várias negociações junto aos Estados signatários do Protocolo ICMS nº 46/2000, entrou em vigor o Protocolo ICMS nº 80/2016 alterando a carga tributária do ICMS incidente sobre a aquisição de trigo em grão de 33% para 40%, aumentando em 21,21% a carga tributária de ICMS nos estados signatários desse Protocolo de ICMS, que trata da substituição tributária, antecipação tributária e repartição de carga entre estados produtores e consumidores. Essa nova metodologia também resultou na modificação do cálculo para efeito do Incentivo Fiscal Estadual, que foi fortemente impactado pela nova alíquota interna do ICMS, que passou para 18%, com incremento de aproximadamente 6,0%, e a adoção do “Plano de Equilíbrio Fiscal” aprovado em 2016 pelo CONFAZ, que reduz em 10% os benefícios fiscais vigentes. Destacamos que todas essas mudanças tributárias resultaram em maior ônus para a Companhia, não só pelo aumento da carga, não repassada aos Clientes, como também pela redução do Incentivo Fiscal Estadual, impactando os resultados da Companhia.

Distribuição do Valor Adicionado



O primeiro semestre de 2017, foi considerado muito bom, com forte crescimento sobre o mesmo período de 2016, entretanto, a partir de julho os resultados, com o aumento da carga tributária, e com a retração no consumo de massas, biscoitos e pães, trouxe maior competitividade e proporcionou margens menores, mas, apesar de um 2º semestre mais difícil, podemos considerar o ano 2017 como excepcional para a Companhia.

Em 2017 a Companhia continuou com o processo de melhoria das suas farinhas, destacando-as como de qualidade superior e bem reconhecida pelo mercado consumidor das padarias nas regiões de sua atuação, o que proporcionou resultados consistentes para os anos de 2016 e 2017, destacando os altos investimentos, da ordem de R\$ 105 milhões, em um novo Diagrama de Produção, em novos maquinários de última geração, como as SORTEX, modernização total dos demais diagramas de produção e na construção de novos silos, investimentos esses realizados entre os anos de 2014 e 2015; desta forma, em 2017, foi alcançado a Receita Bruta de R\$ 703,6 milhões, Receita Líquida de R\$ 613,5 milhões, EBITDA de R\$ 103,7 e um saldo de caixa de R\$ 262,5 milhões.

Salientamos que a Companhia fabrica somente farinhas de trigo para utilização nos mais variados segmentos alimentícios, destacando-se a panificação como seu principal mercado consumidor, não sendo, portanto, uma empresa voltada para o consumo massificado, para o varejo em geral e para as grandes redes varejistas/atacadistas.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A seguir apresentaremos comentários sobre o desempenho operacional e financeiro do Grande Moinho Cearense S/A em comparação ao exercício anterior (2016).

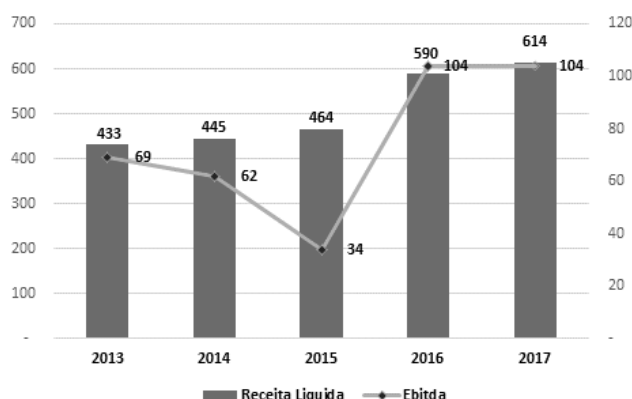
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A Receita Líquida Operacional cresceu 4,05%, alcançando R\$ 613,5 milhões, fruto do aumento das vendas das farinhas, misturas para bolos e farelo de trigo.

EBITDA

O EBITDA da Companhia alcançou o montante de R\$ 103,7 milhões e a Margem EBITDA foi 16,9%, sendo excepcional para o exercício findo de 2017, especialmente se considerado o incremento de carga tributária incidente e a retração do mercado consumidor e de um cenário muito competitivo que levou a margens mais estreitas.

Receita Líquida x EBITDA



LUCRO BRUTO

O lucro bruto da companhia no exercício de 2017 cresceu 9,41%, alcançando R\$ 230,2 milhões e o Lucro Líquido foi um pouco menor face maior incidência tributária, já comentada acima.

MARGEM BRUTA

A margem bruta passou de 35,7% para 37,5%, crescendo 1,8 p.p. em 2017.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos (CPV) de R\$ 383,2 milhões em 2017 representou 62,4% da receita líquida (64,3% em 2016), reduzindo 1,9 p.p em 2017.

TAXA COMPOSTA DE CRESCIMENTO ANUAL - CAGR

R\$ Mil	2013	2014	2015	2016	2017	Cres.2013-2017	CAGR 2013-2017
Receita Bruta	510.789	522.455	545.518	678.000	703.555	37,74%	8,33%
Receita Líquida	432.782	445.048	463.951	589.619	613.470	41,75%	9,11%
Impostos s/Vendas	67.532	63.820	64.850	71.361	73.763	9,23%	2,23%
Lucro Operacional	71.815	66.167	68.479	102.451	93.940	30,81%	6,94%
Lucro Líquido	59.868	51.994	41.896	88.604	80.375	34,25%	7,64%
EBITDA	69.658	61.989	34.232	104.357	103.734	48,92%	10,47%

Podemos observar uma consistência nos principais indicadores acima relacionados, medido pela CAGR, que traduz o trabalho da Administração da Empresa na Gestão do Patrimônio dos Acionistas, na rentabilização dos investimentos alocados, nos recursos disponibilizados e no capital de giro empregado, como também no conhecimento do negócio de Moagem de Trigo e principalmente por entender o que o Mercado Consumidor está disposto a comprar e levar para a sua casa, aquilo que se traduz em produtos da mais alta qualidade, que são as farinhas produzidas pela Companhia.

Desta forma, agradecemos aos Acionistas pelo apoio e pela confiança depositada nos administradores da Companhia, aos Clientes que honraram a empresa, a qual fará o máximo para atendê-los com produtos da mais alta qualidade ao longo do ano de 2018 e nos próximos anos, aos Fornecedores, sempre dispostos a atender às necessidades, às Instituições Financeiras, parceiras no dia a dia e nas demandas por linhas de crédito, e aos Colaboradores, grandes responsáveis pelos resultados, fruto da dedicação, comprometimento, empenho e forte espírito de equipe profissional demonstrados ao longo do exercício de 2017, que somados ao dinamismo e entusiasmo, contribuíram para que o desafiador ano trouxesse resultados muito satisfatórios para a Companhia. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, não foram auditadas pela Ernst & Young.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.947	2.484	6.384	23.876
Aplicações financeiras	6	256.533	159.979	286.153	166.304
Contas a receber de clientes	7	52.319	54.721	52.319	54.721
Estoques	8	54.649	60.850	54.649	60.850
Imposto a recuperar	9	21.695	13.180	21.695	13.180
Outros créditos		3.177	3.039	3.177	3.039
Despesas antecipadas		1.036	1.738	1.036	1.738
Total do ativo circulante		395.356	295.991	425.413	323.708
Não circulante					
Partes relacionadas	16	20.247	19.947	-	-
Imposto a recuperar	9	14.837	14.717	14.837	14.717
Outros créditos		3.595	3.526	3.595	3.526
Investimentos	10	12.908	11.054	3.098	3.284
Imobilizado	11	258.392	270.812	258.392	270.812
Intangível		793	898	793	898
Total do ativo não circulante		310.772	320.954	280.715	293.237
Total do ativo		706.128	616.945	706.128	616.945
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		6.327	19.955	6.327	19.955
Financiamentos e empréstimos	12	14.068	13.999	14.068	13.999
Debêntures	13	509	-	509	-
Impostos e contribuições a recolher	14	7.532	5.583	7.532	5.583
Salários e férias a pagar		2.274	2.121	2.274	2.121
Dividendos	17	9.825	11.283	9.825	11.283
Imposto de renda e contribuição social		-	1.040	-	1.040
Outras contas a pagar		4.131	4.848	4.131	4.848
Total do passivo circulante		44.666	58.829	44.666	58.829
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	12	59.797	73.074	59.797	73.074
Debêntures	13	90.000	-	90.000	-
Partes relacionadas	16	1.188	1.188	1.188	1.188
Impostos e contribuições a recolher	14	534	534	534	534
Outros débitos		120	188	120	188
Total do passivo não circulante		151.639	74.984	151.639	74.984
Patrimônio líquido	17				
Capital social		283.222	270.541	283.222	270.541
Ações em tesouraria		(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)
Reservas de capital		11.804	11.804	11.804	11.804
Reservas de lucros		137.752	124.044	137.752	124.044
Ajustes de avaliação patrimonial		81.192	80.890	81.192	80.890
Total do patrimônio líquido		509.823	483.132	509.823	483.132
Total do passivo		706.128	616.945	706.128	616.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida					
de vendas	18	613.470	589.619	613.470	589.619
Custos dos produtos vendidos		(383.217)	(379.171)	(383.217)	(379.171)
Lucro bruto		230.253	210.448	230.253	210.448
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	19	(102.542)	(86.359)	(102.542)	(86.359)
Despesas administrativas e gerais	20	(46.643)	(38.585)	(46.643)	(38.585)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.330	1.056	2.247	728
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.854	41	(183)	579
		(145.001)	(123.847)	(147.121)	(123.637)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos					
		85.252	86.601	83.132	86.811
Despesas financeiras	21	(13.509)	(13.721)	(14.543)	(16.170)
Receitas financeiras	21	24.051	29.612	27.205	31.851
Resultado financeiro		10.542	15.891	12.662	15.681
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
		95.794	102.492	95.794	102.492
Imposto de renda e contribuição social	22	(15.419)	(13.888)	(15.419)	(13.888)
Lucro líquido do exercício		80.375	88.604	80.375	88.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Resultado do exercício	80.375	88.604
Resultados abrangentes		
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	302	(1.591)
Total do resultado abrangente do exercício	80.677	87.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	71.829	76.447	69.648	97.431
Lucro líquido do exercício	80.375	88.604	80.375	88.604	Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Ajustes por:					Aplicações financeiras	(353.045)	(275.736)	(390.965)	(275.736)
Depreciação e amortização	18.482	17.751	18.482	17.751	Resgates de aplicações financeiras	273.259	247.621	292.405	247.621
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.899	(2.916)	3.899	(2.916)	Aquisição de imobilizado	(5.865)	(6.299)	(5.865)	(6.299)
Juros e custos amortiz. de debêntures	509	-	509	-	Aquisição de intangível	(162)	(769)	(162)	(769)
Resultado de variação cambial	-	-	302	1.370	Aplicação (redução) em investimentos	-	(12)	-	(12)
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	774	3.094	774	3.094	Ganhos e perdas na conversão de investimentos	-	-	-	(1.591)
Result. venda de ativos imobilizados	73	443	73	443	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(85.813)	(35.195)	(104.587)	(36.786)
Rendimentos de aplics. financeiras	(16.767)	(15.526)	(21.287)	(15.321)	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.854)	(41)	183	(579)	Captação de empréstimos e financiamentos	233	7.232	233	7.232
	85.491	91.409	83.310	92.446	Emissão de debêntures	90.000	-	90.000	-
Variações nos ativos e passivos					Pagamento de empréstimos e financiamentos	(17.342)	(18.935)	(17.342)	(18.935)
(Aumento) redução em contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas	2.122	(5.642)	2.122	(5.642)	Distribuição de dividendos	(55.444)	(30.392)	(55.444)	(30.392)
(Aumento) nos estoques	6.201	(20.022)	6.201	(20.022)	Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	17.447	(42.095)	17.447	(42.095)
(Aumento) redução nos impostos a recuperar	(8.635)	10.494	(8.635)	10.494	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa antes da variação cambial	3.463	(843)	(17.492)	18.550
(Aum.) redução em partes relacionadas	-	(19.947)	-	-	Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
Aumento (redução) em fornecedores	(13.628)	16.379	(13.628)	16.379	No início do exercício	2.484	3.327	23.876	5.326
Aumento (redução) em impostos e contribuições a pagar	1.949	564	1.949	564	No fim do exercício	5.947	2.484	6.384	23.876
Aumento em provisão para salários e férias a pagar	153	185	153	185		3.463	(843)	(17.492)	18.550
Aumento (redução) em imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.040)	801	(1.040)	801					
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(784)	2.226	(784)	2.226					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	237.396	(4.147)	11.804	18.554	33.342	50.527	82.481	-	429.957
Aprovação dos dividendos adicionais propostos									
Aumento de capital	33.145	-	-	-	(33.145)	-	-	-	-
Resultados abrangentes									
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(1.591)	-	(1.591)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(23.500)	-	-	(23.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	88.604	88.604
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	4.430	-	-	-	(4.430)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	42.820	-	-	(42.820)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(10.338)	(10.338)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	31.016	-	(31.016)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	270.541	(4.147)	11.804	22.984	43.017	58.043	80.890	-	483.132
Aumento de capital (ver Nota 17)	12.681	-	-	-	(12.681)	-	-	-	-
Resultados abrangentes									
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	302	-	302
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(44.161)	-	-	(44.161)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	80.375	80.375
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	4.019	-	-	-	(4.019)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	37.055	-	-	(37.055)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(9.825)	(9.825)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	29.476	-	(29.476)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	283.222	(4.147)	11.804	27.003	67.391	43.358	81.192	-	509.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional - O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esplanada do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1959, vem produzindo e comercializando desde 1963 farinhas de trigo, farelo e remóido de trigo para atender às indústrias de panificação, massas, biscoitos e ração animal das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, foco da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Juazeiro do Norte - CE, Teresina - PI, Jaboatão dos Guararapes - PE, Manaus - AM, Ananindeua - PA, Timon - MA e Salvador - BA. **2. Base de preparação** - Declaração de conformidade - As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada para emissão pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2018. **Base de mensuração** - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis

individuais e consolidadas estão incluídas nas Notas 3 – “Controlada em conjunto” e 10 – “Informações das investidas”. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, estoques, imobilizado e intangível, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis** - As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue: Base de consolidação - *Controladas* - Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas as informações financeiras foram elaboradas utilizando a mesma data base das demonstrações encerradas, consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. *Controlada em conjunto* - Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 19. Assim, não é realizada a consolidação proporcional de resultado e de ativos líquidos, e os saldos ou resultados de transações entre a controladora e a controlada em conjunto não são eliminados. A Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. é o único empreendimento controlado em conjunto (joint venture) que a Companhia participa. Seu controle é compartilhado com as empresas J. Macêdo S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos na proporção de 33,33% para cada acionista. Esta empresa é encarregada da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, cujo objeto social é a exploração da atividade portuária. *Relação de entidades controladas*. Segue abaixo lista das empresas controladas da Companhia:

País	Participação acionária %	
	2017	2016
North Mills Holdings Corporation	100	100
Tergran - Term. Grãos de Fortaleza Ltda.	33,33	33,33
	Brasil	

Moeda estrangeira - *Transações e saldos em moeda estrangeira* - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. *Operação no exterior* - Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real às taxas de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Redução ao valor recuperável - *Ativos financeiros* - A Companhia analisa na data de cada demonstração financeira se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável de cada ativo ou grupo de ativos. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo aos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A administração efetua provisão para valor recuperável de contas a receber com base em títulos em aberto vencidos há mais de 150 dias em 2017. *Ativos não financeiros* - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso haja evidências e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Em 2017 e 2016, a Companhia não pagou a suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Reconhecimento de receita - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam

ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

4. Normas e interpretações ainda não adotadas - *IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)* - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de/ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: · Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*); · IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2; · IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil; · IFRS 17 Contratos de seguro; · Transferências de Propriedade para Investimento – Alterações à IAS 40; · Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017); · Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro – Alterações à IFRS 4; · Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação; e · Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	396	47	396	47
Depósitos bancários à vista	3.272	-	3.709	21.392
Aplicações financeiras	2.279	2.437	2.279	2.437
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.947	2.484	6.384	23.876

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fundo de investimento	256.533	159.979	256.533	159.979
Ações	-	-	29.620	6.325
Total	256.533	159.979	286.153	166.304

O fundo de investimento é uma aplicação financeira de renda fixa cujos mandatos buscam rentabilidade superior a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2017, esses investimentos renderam 99,89% do CDI (101,50% do CDI em 2016). As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registradas diretamente contra resultado. As aplicações financeiras em ações de companhias listadas em bolsa de valores são classificadas como disponíveis para venda.

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Duplicatas a receber de clientes - no país	60.959	62.587
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(8.640)	(7.866)
Total	52.319	54.721

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Composição por idade de vencimento	45.245	48.693

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Contas a receber - A vencer	5.325	4.027
Contas a receber - Vencidas	485	1.037
De 1 a 30 dias	424	403
De 31 a 60 dias	840	748
De 61 a 90 dias	8.640	7.679
De 91 a 150 dias	60.959	62.587
Acima de 150 dias		
Total		

A redução do valor recuperável foi constituída tomando como base os títulos em aberto vencidos há mais de 150 dias em 2017 e 2016. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber está conforme abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(4.772)	
Constituição de provisão	(3.094)	
Baixas		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(7.866)	
Constituição de provisão	(455)	
Reversão/baixas	(319)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.640)	

Ajuste a valor presente - O prazo médio de recebimento é em torno de 27

dias (29 dias em 2016). A Administração da Companhia entende que o efeito do ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

8. Estoques - Os estoques são mensurados pelo custo médio, acrescido de gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Controladora e consolidado

	2017	2016
Produtos acabados e em elaboração	7.063	4.568
Matérias-primas	43.138	52.799
Materiais de embalagens e almoxarifado	4.448	3.483
Total	54.649	60.850

A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para obsolescência no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

9. Impostos a recuperar

Controladora e consolidado

	2017	2016
ICMS a recuperar / apropriar (a)	14.337	13.479
PIS e COFINS (b)	14.103	9.287
IRPJ (c)	8.051	5.131
Outros impostos (d)	41	-
Total de impostos a recuperar	36.532	27.897
Circulante	21.695	13.180
Não circulante	14.837	14.717

Os impostos a recuperar têm as seguintes composições: (a) ICMS a recuperar - Origina-se do direito de ressarcimento junto ao Estado do Ceará da parcela paga a título de substituição tributária das operações com trigo e valores pagos a título de antecipação tributária a ser apropriado na proporção das vendas. Estes valores estão classificados no circulante e não circulante. (b) PIS e COFINS - Decorrente de créditos referente à alíquota zero para a farinha de trigo, a ser recuperado nos exercícios seguintes. (c) IRPJ - Saldo negativo advindo de IRRF sobre aplicações financeiras a ser compensado em exercícios seguintes. (d) Outros impostos - Contribuição Social sobre o lucro líquido a ser compensada nos exercícios seguintes. Estes valores estão classificados no circulante. **10. Investimentos** - Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas diretas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação em controlada e controlada em conjunto (i)	12.644	10.787	2.834	3.017
Outros investimentos	264	267	264	267
Total dos investimentos	12.908	11.054	3.098	3.284

(i) Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda (joint venture)

Movimentação dos saldos:

	North Mills Holdings Corporation	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	9.899	2.438	12.337
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.591)	-	(1.591)
Resultado de equivalência patrimonial	(538)	579	41
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.770	3.017	10.787
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3	-	3
Resultado de equivalência patrimonial	2.037	(183)	1.854
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.810	2.834	12.644

Informações das investidas

Controlada

North Mills Holdings Corporation

	2017	2016
Ativo	30.057	27.717
Passivo	-	-
Capital social	1.247	1.247
Quantidade de ações ou quotas possuídas	1.000	1.000
Patrimônio líquido	9.810	7.770
Participação no capital social, no final do exercício (%)	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	9.810	7.770
Variação cambial sobre investimentos	3	(1.591)
Resultado de equivalência patrimonial	2.037	(538)
Resultado do exercício	2.037	(538)

Controlada em conjunto

Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.

	2017	2016
Ativo	9.818	10.269
Passivo	1.314	1.214
Capital social	9.204	9.204
Quantidade de ações ou quotas possuídas	3.038	3.038
Patrimônio líquido	8.504	9.055
Participação no capital social, no final do exercício (%)	33,33%	33,33%
Participação no patrimônio líquido	2.834	3.017
Resultado de equivalência patrimonial	(183)	579
Resultado do exercício	(551)	1.739

11. Ativo imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Movimentação do imobilizado - Controladora e Consolidado:
Custo histórico

	Terrenos		Edificações		Equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de computação		Aeronave		Imobilizado em andamento		Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	11.058	38.868	107.735	1.967	1.745	2.013	149.717	31.432	344.535								
Adições	1.439	63	3.085	256	155	420	-	881	6.299								
Baixas	-	-	(29)	(12)	(635)	(134)	-	-	(810)								
Transferências	-	25.996	5.725	101	-	-	-	(31.822)	-								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.497	64.927	116.516	2.312	1.265	2.299	149.717	491	350.024								
Adições	-	289	2.901	90	211	914	-	1.464	5.869								
Baixas	-	-	(34)	(27)	(394)	(14)	-	-	(469)								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.497	65.216	119.383	2.375	1.082	3.199	149.717	1.955	355.424								
Depreciação acumulada																	
	Terrenos		Edificações		Equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de computação		Aeronave		Imobilizado em andamento		Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	(21.428)	(37.192)	(1.052)	(788)	(1.513)	(19)	-	(61.992)								
Adições	-	(1.738)	(6.431)	(156)	(235)	(221)	(8.806)	-	(17.587)								
Baixas	-	-	23	6	250	88	-	-	367								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(23.166)	(43.600)	(1.202)	(773)	(1.646)	(8.825)	-	(79.212)								
Adições	-	(2.256)	(7.079)	(173)	(149)	(300)	(8.257)	-	(18.214)								
Baixas	-	-	32	15	333	14	-	-	394								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(25.422)	(50.647)	(1.360)	(589)	(1.932)	(17.082)	-	(97.032)								
Saldos líquidos																	
	Terrenos		Edificações		Equipamentos		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de computação		Aeronave		Imobilizado em andamento		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.497	41.761	72.915	1.111	492	653	140.892	491	270.812								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.497	39.794	68.736	1.015	493	1.267	132.635	1.955	258.392								

Em 2017 a Companhia fez avaliação da vida útil econômica da aeronave com o auxílio da empresa SETAPE Engenharia de Avaliações e a taxa anual passou para 6,25% (5,88% em 2016). Para os demais bens, foi utilizado o auxílio de especialistas internos para a revisão das vidas úteis e constatou-se que estão muito próximas daquelas já utilizadas, sendo o efeito imaterial nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, a Administração optou fazer ajuste somente na vida útil da aeronave. Em 2017, a Companhia possui saldos contábeis de bens que foram dados como garantia de financiamentos referentes a máquinas e equipamentos no valor de R\$ 72.916, vide detalhes na nota 12. As taxas anuais de depreciação utilizadas estão demonstradas a seguir:

Imobilizado

	2017 e 2016
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	10%-25%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de computação	20%
Aeronave	6,25%-5,88%
Redução ao valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indicio de perda e desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro. 12. Financiamentos e empréstimos - Refere-se aos termos contratuais dos financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, vide Nota 24.	

			Controladora e Consolidado	
	Indexador	Juros (a.a.)	2017	2016
Moeda nacional				
FINAME Automático (Banco Alfa)	Pré-Fixado	3,5%/6%/9,5%	34.332	42.328
FINAME Automático (Banco Pine)	Pré-Fixado	3,5%	236	473
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	574	614
FINAME Itaú	Pré-Fixado	3,5% / 6%	7	47
FNE automático (Banco BNB)	Pré-Fixado	7,06% / 8,24%	10.683	13.357
			45.832	56.819
Moeda estrangeira				
Boeda UBS	Libor 12 meses	Spread	28.033	30.254
Total dos financiamentos e empréstimos			73.865	87.073
Circulante			14.068	13.999
Não circulante			59.797	73.074

Moeda estrangeira				
Banco UBS	Libor 12 meses	Spread	28.033	30.254
Total dos financiamentos e empréstimos			73.865	87.073
Circulante			14.068	13.999
Não circulante			59.797	73.074

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
2017	-	13.999
2018	14.068	13.945
2019	13.777	13.518
2020	13.661	13.592
2021	28.751	13.686
2022	3.598	18.323
2023	10	10
Total	73.865	87.073

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, inclusive as operações em moeda estrangeira possuem as mesmas garantias, porém a Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (hedge) desses financiamentos. Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN) - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual, vide Nota 23. Cláusulas restritivas (*covenants*) - Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros ou manutenção de saldos em garantias. **13. Debêntures** - Em 24 de novembro de 2017 a Companhia emitiu 90 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal total de R\$ 90.000 no contexto de financiamento e investimento no agronegócio. As debêntures serão amortizadas pela emissora em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 24 de novembro de 2020 e a última em 24 de novembro de 2022.

		Controladora e Consolidado	
	Taxa de Juros	2017	2016
Moeda nacional			
CRA (Banco Safra)	104% CDI	90.509	-
Total das debêntures		90.509	-
Circulante		509	-
Não circulante		90.000	-

Cláusulas restritivas (*covenants*) - As debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas se os índices financeiros abaixo não forem obtidos, tomando como base as demonstrações contábeis consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A.: • O resultado da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo LAJIDA (EBITDA), a ser acompanhado trimestralmente, não poderá ser superior a 2,5 a partir do exercício social de 2017; • O resultado da divisão do LAJIDA (EBITDA) pelo Resultado Financeiro Líquido, a ser acompanhado trimestralmente, não poderá ser inferior a 2 a partir do exercício social de 2017. A Companhia encontra-se adimplente com as exigências para 31 de dezembro de 2017.

14. Impostos e contribuições a recolher - Composição dos saldos:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
ICMS	5.670	3.629
INSS	551	523
PIS - Carta de Fiança	534	534
Outros	1.311	1.431
Total	8.066	6.117
Circulante	7.532	5.583
Não circulante	534	534

15. Provisão para contingências - A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total de causas passivas julgadas como possíveis de perda é de R\$ 264 (R\$ 336 em 2016), para os quais não foi constituída provisão, como previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para contingências classificados com probabilidade de perda "provável" no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16. Partes relacionadas - Controladora - A Kalila Representações Comerciais Ltda. é a controladora da Companhia. Transações com partes relacionadas - Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e despesas,

assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora, controladas, controladas em conjunto e outras partes relacionadas. As empresas com as quais a Companhia mantém relações são:

Partes relacionadas

Controlada

North Mills Holdings Corporation Investimento

Controlada em conjunto

Tergran Terminal de Grãos Prestação de serviço na descarga de trigo e adiantamentos de dividendos de Fortaleza Ltda.

Outras partes relacionadas

IESC - Iguatemi Empresa de Shopping Centers Não houve transações no exercício

La Fonte Participações S.A. Não houve transações no exercício

La Fonte Telecom S.A. Não houve transações no exercício

New Invest Imobiliária e Participações S.A. Não houve transações no exercício

MLRJ Imobiliária S.A. Não houve transações no exercício

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora	
	2017	2016
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
North Mills Holding Corporation	20.247	19.947
Passivo não circulante		
Adiantamentos de lucros		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.188
Resultado		
Custo dos Produtos Vendidos		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	7.218	6.411

17. Patrimônio líquido - Capital social - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.456.449 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 24 de outubro de 2017, houve aumento de capital, no montante de R\$ 12.681, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$ 270.541 para R\$ 283.222, sem modificação do número de ações. Ações em tesouraria - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 6.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento. Em 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R\$ 15.000, tendo sido apurado ágio de R\$ 11.804. O saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, não sendo alteradas as ações preferenciais. Reserva de capital - Refere-se ao ágio gerado pela alienação de ações em tesouraria, conforme mencionado anteriormente. Reserva de lucros - *Reserva legal* - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva de incentivos fiscais* - A parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2016 no valor de R\$ 12.681 foi incorporada ao capital social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por se tratar de subvenção do Governo Federal. *Reserva de lucros (retenção de lucros)* - Constituída com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro. *Ajustes de avaliação patrimonial* - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de controlada no exterior. *Dividendos* - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	80.375	88.604
(-) Reserva legal	(4.019)	(4.430)
(-) Reserva incentivos	(37.055)	(42.820)
Base de cálculo	39.301	41.354
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	9.825	10.338

A incorporação da reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, com previsão para abril de 2018.

18. Receita operacional líquida

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta	703.555	678.000
Impostos sobre vendas	(73.763)	(71.361)
Devoluções e abatimentos	(16.322)	(17.020)
Receita operacional líquida	613.470	589.619

19. Despesas de vendas

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Despesas com pessoal	14.807	13.607
Despesas com logística	70.785	55.581
Serviços de terceiros	6.892	6.179
Outras	10.058	10.992
Total	102.542	86.359



20. Despesas administrativas e gerais	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Despesas com pessoal	14.185	10.759
Serviços de terceiros	9.429	7.520
Depreciação e amortização	781	623
Impostos, taxas e contribuições	6.540	2.854
Outras	15.708	16.829
Total	46.643	38.585

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(7.786)	(7.929)	(7.786)	(7.929)
Juros de mora	(178)	(75)	(178)	(75)
Variações cambiais passivas	(584)	(2.804)	(1.450)	(5.145)
Outros	(4.961)	(2.913)	(5.129)	(3.021)
	(13.509)	(13.721)	(14.543)	(16.170)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas sobre empréstimos	3.379	10.845	3.379	10.845
Rendimentos de aplicações financeiras	16.768	15.526	19.021	15.321
Juros ativos diversos	2.233	1.857	2.659	1.861
Variações cambiais ativas	1.563	1.335	2.038	3.775
Outros	108	49	108	49
	24.051	29.612	27.205	31.851
Total	10.542	15.891	12.662	15.681

22. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	95.794	102.492
Alíquota fiscal	34%	34%
Parcela sobre a qual não incide o adicional	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(32.550)	(34.827)
Adições permanentes	(8.732)	(7.943)
Exclusões permanentes	3.704	5.336
Incentivo estadual	8.133	10.246
Incentivos federais	14.026	13.300
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	(15.419)	(13.888)
Alíquota efetiva	16%	14%

23. Subvenções e assistências governamentais - Incentivo Fiscal Federal - Redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do Imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2017, a Companhia auferiu R\$ 13.137 desse tipo de incentivo (R\$ 12.681 em 2016). Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará - O Governo do Estado do Ceará, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à ampliação e modernização do parque moageiro da Companhia, sediada na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo consiste no diferimento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento de 74,25% sobre o ICMS normal devido. O benefício é condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção deriva do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, a localização da produção e outros aspectos econômicos e sociais. Em 2017 e 2016, atendendo ao CPC nº 07, item 12, estes incentivos foram reconhecidos no resultado como redutores das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal de ICMS foi deduzido das despesas de ICMS sobre vendas. Em 2017, a Companhia auferiu R\$ 23.172 desse tipo de incentivo (R\$ 27.085 em 2016). Outros Incentivos - A Companhia possui outros incentivos fiscais estaduais. Em 2017 auferiu R\$ 746 (R\$ 3.054 em 2016).

24. Instrumentos financeiros - Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado. Refere-se à exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. Estrutura de gerenciamento de risco - A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Riscos de crédito - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5.947	2.484	6.384	23.876
Aplicações financeiras	256.533	159.979	286.153	166.304
Contas a receber e outros créditos	59.091	61.286	59.091	61.286
	321.571	223.749	351.628	251.466

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Contas a receber e outros recebíveis - A política de crédito da Companhia não permite grandes concentrações de vendas, como também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As equipes de vendas são treinadas para acompanhar a trajetória operacional de cada cliente de modo que estejam, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômica do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado índice de inadimplência e uma boa previsibilidade contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R\$ 8.640 (R\$ 7.866 em 2016) representativos de 14,17% (12,57% em 2016) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de gestão de risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, todas as aplicações financeiras estão concentradas em um Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Banco Itaú S.A, que segue rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. O Fundo foi constituído para administrar os recursos das empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a Companhia encontra-se inserida. Os recursos estão diluídos diretamente em títulos de renda fixa e em cotas de outros fundos de investimento, promovendo uma diversificação na carteira de tal ordem que os riscos ficam bastante reduzidos. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas procuram manter uma boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por este motivo há o acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, alinhada com a política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a quase três meses de faturamento líquido. A Companhia utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros são apresentados nas notas 12 e 13. Risco de mercado - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar o mercado das commodities, gerenciando e controlando as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de câmbio - A controlada North Mills Holdings Corporation é sediada no exterior e seus ativos e passivos estão sujeitos à variação cambial, sendo a contratação em dólar norte americano. A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral da operação é muito inferior à geração de caixa anual e até mesmo ao resultado líquido. Já os passivos de suas controladas são liquidados na mesma moeda de captação das investidas e não geram exposição significativa que possam gerar perdas para a Companhia. Desta forma, oscilações da taxa de câmbio não impactam de forma representativa o resultado da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Financiamento em moeda estrangeira (a)	28.033	30.254	28.033	30.254
Ativo em moeda estrangeira (b)	-	-	(28.027)	(27.717)
Exposição líquida (a - b)	28.033	30.254	6	2.537

Risco de taxa de juros - A política determina que é permitida a captação de recursos para investimento com taxas de juros de curto prazo, pois estas são mais voláteis e elevam o risco de variação dos resultados em função dos juros. Por este motivo, as captações foram feitas em taxas fixas de juros (nota 12), de modo a garantir uma harmonia do fluxo de pagamentos com o fluxo do retorno. No lado do ativo, a Companhia e suas controladas são fortes aplicadoras de recursos através do Fundo de Investimento Exclusivo, que direciona a rentabilidade a um desempenho atrelado à taxa de juros do CDI. Risco de preço das commodities - Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional e possuem cotação em bolsa de commodities. Por esta razão os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Companhia e suas controladas possuem profissionais que acompanham constantemente a evolução dos indicadores de preço do trigo, comportamento do clima, expectativa dos volumes e qualidade das safras, cotações nos diversos mercados produtores e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Companhia. Juntamente com consultorias internacionais contratadas, são construídos cenários e hipóteses de mercado que balizam a decisão da compra, do tamanho do lote mínimo e da qualidade do trigo a ser adquirido e processado na Companhia. Gerenciamento do capital - A Administração do capital da Companhia, praticada pelos Administradores, tem por objetivo reduzir riscos, custos e salvaguardar a capacidade da Companhia de promover a sua continuidade em oferecer retorno aos acionistas e benefícios e às outras partes interessadas. Classificações contábeis e valores justos. Valor justo através do resultado - Os valores das aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de apresentarem disponibilidade imediata. Financiamentos e Empréstimos - Nas operações nacionais os valores dos financiamentos atrelados a taxas pré-fixadas (operações de FINAME) aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações

contábeis. No caso dos financiamentos estrangeiros o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. *Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo* - Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados das demonstrações contábeis, está identificado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor		Valor	
	Contábil	justo	Contábil	Justo
31 de dezembro de 2016				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	159.979	159.979	166.304	166.304
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	2.484	2.484	23.876	23.876
Contas a receber de clientes	54.721	54.721	54.721	54.721
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	19.955	19.955	19.955	19.955
Financiamentos com instituições financeiras	87.073	87.073	87.073	87.073
31 de dezembro de 2017				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	256.533	256.533	286.153	286.153
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	5.947	5.947	6.384	6.384
Contas a receber de clientes	52.319	52.319	52.319	52.319
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	6.327	6.327	6.327	6.327
Financiamentos com instituições financeiras	73.865	73.865	73.865	73.865
Debêntures	90.509	90.509	90.509	90.509

25. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 258.852 (R\$ 258.852 em 2016) para danos materiais, R\$ 229.325 (R\$ 181.992 em 2016) para lucros cessantes e R\$ 5.000 (R\$ 5.000 em 2016) para responsabilidade civil. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente
 Carlos Jereissati - Vice-presidente
 Pedro Jereissati
 João Jereissati Ary
 Fernanda Jereissati Santos Ernanny
 Alexandre Jereissati Legey
 Sidnei Nunes

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Roberto Schneider - Diretor-presidente
 Carlos Jereissati - Diretor vice-presidente
 Lia Ribeiro Jereissati - Diretora
 Alexandre Jereissati Legey - Diretor
 Cláudio Jorge Fontenelle de Albuquerque - Diretor

CONTADORA

Andréa Carla Bezerra de Melo
 CRC/CE nº 010893/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do **Grande Moinho Cearense S.A.**, Fortaleza – CE. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grande Moinho Cearense S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. · Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 15 de março de 2018. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6. Ana Sampaio Forte Leal - Contadora CRC-CE019456/O-7.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Orós - Termo de Homologação e Adjudicação. O Secretário/Ordenador de Despesa da Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo do Município de Orós/CE, Sr. José Beserra Gomes, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Comissão de Licitação cumprindo todas as exigências do procedimento de licitação cujo objeto é a contratação da prestação de serviços de reforma da praça na localidade de Vila Guassussê no Município de Orós/CE, conforme PT Nº 1030136-01, tudo conforme especificações do Anexo I, vem, Homologar e Adjudicar o presente processo administrativo de licitação, na modalidade Tomada de Preço Nº 2018.01.31.01, para que produza os efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo Homologado e Adjudicado em favor da Empresa: CMN Construções, Locações e Eventos EIRELI-ME, CNPJ Nº 05.930.208/0001-23, foi vencedora com valor global de R\$ 241.100,05 (duzentos e quarenta e um mil, cem reais e cinco centavos). Ao setor competente para providências cabíveis. Orós/CE, 05 de abril de 2018. José Beserra Gomes - Ordenador/Secretário de Obras, Transportes e Urbanismo.